



República Democrática de São Tomé e  
Príncipe

# Relatório de Execução Fiscal

4º Trimestre de 2022



## FICHA TÉCNICA

### Coordenação

Direção Nacional de Planeamento

### Título

Relatório de Execução Fiscal –4º Trimestre de 2022

### Equipa Técnica:

Direção Nacional do Planeamento

Direção de Contabilidade Pública

Unidade Macro Fiscal

### Suporte Técnico:

Assistência do Banco Mundial

### Data de Finalização:

Março de 2023

### Referências para Citação:

Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul, *Relatório de Execução Fiscal – 4º Trimestre de 2022*.

© Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

Todos os direitos reservados. Este relatório poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citada a referência e exclusiva autoria do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul de São Tomé e Príncipe. É proibida a comercialização e tradução sem autorização prévia por escrito do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul de São Tomé e Príncipe.

## ÍNDICE

<b>ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES</b> .....	3
<b>SIGLAS E ABREVIATURAS</b> .....	4
<b>SUMÁRIO EXECUTIVO</b> .....	5
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO</b> .....	9
<b>3. EXECUÇÃO DO OGE 2022</b> .....	12
3.1. OGE 2022 .....	12
3.2. OVERVIEW DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL .....	13
3.1.1. Execução Acumulada.....	13
3.1.2. Execução por Trimestre .....	15
3.1.3. Saldo Global .....	0
3.1.4. Saldo Primário .....	0
3.1.5. Saldo Primário excluindo Donativos .....	0
3.1.6. Saldo Global excluindo Donativos.....	0
3.1.7. Saldo Corrente.....	1



<b>3.3. EXECUÇÃO DAS RECEITAS</b> .....	1
A) Impostos Directos .....	1
B) Impostos Indirectos .....	0
C) Rendimento do Petróleo.....	1
D) Rendimento das Pescas .....	0
E) Donativos .....	0
<b>3.4. EXECUÇÃO DAS DESPESAS</b> .....	1
3.4.1. Despesas Executadas (Base de Compromisso) .....	1
A) Pessoal .....	1
B) Bens e Serviços .....	1
C) Juros da Dívida .....	0
D) Subsídios e Transferências Correntes.....	0
E) Despesa Corrente do Exercício Findo.....	0
3.4.2. Despesas Executadas (Base de Caixa) .....	1
<b>4. DÍVIDA PÚBLICA</b> .....	2
4.1. STOCK DA DÍVIDA PÚBLICA .....	2
4.2. STOCK DA DÍVIDA INTERNA .....	3
4.3. STOCK DA DÍVIDA EXTERNA.....	0
4.4. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EM 2022.....	0
4.4.1. Dívida Interna .....	0
4.4.2. Dívida Externa .....	0
4.5. PASSIVOS CONTINGENTES.....	0
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS - EXECUÇÃO E RISCOS FISCAIS</b> .....	1



## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

### ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxas de crescimento económico mundial (%).....	9
Gráfico 2 - Taxa de crescimento do económico de STP (%).....	11
Gráfico 3 - Impostos directos (milhares de dobras).....	1
Gráfico 4 - Impostos indirectos (milhares de dobras).....	0
Gráfico 5 - Receita patrimonial (milhares de dobras).....	1
Gráfico 6 - Rendimento do petróleo (milhares de dobras).....	1
Gráfico 7 - Rendimento das pescas (milhares de dobras).....	0
Gráfico 8 - Donativos (milhares de dobras).....	1
Gráfico 9 - Despesas com pessoal (milhares de dobras).....	1
Gráfico 10 - Despesas com bens e serviços (milhares de dobras).....	0
Gráfico 11 - Despesa com juros da dívida (milhares de dobras).....	0
Gráfico 12 - Despesas com subsídios e transferências correntes (milhares de dobras).....	0
Gráfico 13 - Despesa corrente do exercício findo (milhares de dobras).....	0
Gráfico 14 - Dívida governamental e passivos contingentes.....	3
Gráfico 15 - Composição da dívida interna no I semestre de 2021.....	0

### ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Execução do OGE 2022 (milhares de dobras).....	14
Tabela 2 - Execução trimestral não cumulativa do oge (milhares de dobras).....	0
Tabela 3 - Saldos orçamentais.....	1
Tabela 4 - Execução das receitas (milhares de dobras).....	0
Tabela 5 - Execução das despesas (milhares de dobras).....	0
Tabela 6 - Despesas executadas (base de caixa).....	1
Tabela 7 - Composição do stock da dívida em 2021.....	2
Tabela 8 - Composição do stock da dívida externa em 2021.....	1
Tabela 9 - Evolução da dívida interna em 2022.....	0
Tabela 10 - Evolução da dívida externa em 2022.....	0
Tabela 11 - Composição dos passivos contingentes.....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
Tabela 12 - Saldos orçamentais.....	1



## SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>ADB</b> .....	Banco de Desenvolvimento Asiático
<b>AfDB</b> .....	Banco Africano de Desenvolvimento
<b>AGER</b> .....	Autoridade Geral de Regulação de São Tomé e Príncipe
<b>EMAE</b> .....	Empresa de Água e Electricidade
<b>ENAPORT</b> .....	Empresa Nacional de Administração de Portos
<b>ENCO</b> .....	Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos
<b>Est.</b> .....	Estimativa
<b>FMI ou IMF</b> ....	Fundo Monetário Internacional
<b>HIPC</b> .....	<i>Heavily Indebted Poor Countries Initiative</i> (Países Pobres Altamente Endividados)
<b>IADB</b> .....	<i>Inter-American Development Bank</i>
<b>Inc.</b> .....	Incluindo
<b>INE</b> .....	Instituto Nacional de Estatística
<b>IRC</b> .....	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas
<b>IRS</b> .....	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
<b>OGE</b> .....	Orçamento Geral do Estado
<b>PIB</b> .....	Produto Interno Bruto
<b>Proj</b> .....	Projeção
<b>REF</b> .....	Relatório de Execul Fiscal (REF)
<b>SMF</b> .....	Serviço de Migração e Fronteira
<b>STP</b> .....	São Tomé e Príncipe
<b>TOFE</b> .....	Tabela das Operações das Finanças do Estado
<b>WEO</b> .....	World Economic Outlook



## SUMÁRIO EXECUTIVO

- Em 2022 a luta global contra a inflação, a guerra da Rússia na Ucrânia e o ressurgimento da COVID-19 na China pesou na actividade económica global, o que proporcionou um aumento do custo de vida, e aperto das condições financeiras na maioria das regiões, bem como na economia de São Tomé e Príncipe.
- Estima-se que a economia mundial cresceu 3,4% em 2022, mas prevê-se que esse crescimento deverá abrandar para 2,9% em 2023. A taxa de inflação média mundial estimada em 2022 foi de 8,8%, e deverá diminuir para 6,6% em 2023.
- Até o quarto trimestre de 2022 o saldo orçamental global atingiu um défice que equivale a aproximadamente 6,13% do PIB e representa um agravamento de 294 295 face ao registo de 455 985 definido no OGE 2022. Excluindo os donativos esse saldo atingiu um défice equivalente a menos 1,4% do PIB, que compara aos 2 098 985 milhares de dobras (8,2% do PIB) no OGE 2022.
- As demais categorias de défice tiveram a seguinte tendência: i) o saldo primário teve um défice equivalente a 0,9% do PIB ii) o saldo primário excluindo donativos teve um défice de 4,1% do PIB.
- As receitas totais no quarto trimestre atingiram um nível de execução de 78,1%, inferior em cerca de 14,8 pontos percentuais em relação à execução da despesa total.
- As receitas efectivas apresentaram um nível de execução razoável atingido os 82,0%, influenciada principalmente pela boa performance das receitas não fiscais, com um nível de execução de 135,3%.
- As receitas não efectivas foram executadas apenas em 49,1%, lideradas pela subconta “financiamento interno” que teve uma execução de 103,1%. Em contraste, a subconta “financiamento externo” teve uma execução de apenas 41,4%.
- O alto nível de execução das receitas não efectivas visaram cobrir a fraca performance das receitas efectivas, sobretudo o fraco desembolso de donativos.



- As despesas efectivas executadas no trimestre em análise atingiram 517 570 milhares de dobras, que representou uma diminuição em 32,0% em relação ao III trimestre e menos 27,0% face ao período homólogo.
- As despesas correntes foram executadas em 110,7% do programado. As despesas financeiras foram executadas em 101,7%, percentual distorcido pela falta de orçamentação para as “amortizações da dívida pública interna” e “outras despesas financeiras” no OGE 2022.
- O stock total da dívida pública foi de 73,3% do PIB em 2022, face aos 73,6% do PIB em 2021<sup>1</sup>.
- A dívida pública é composta em 26,1% por dívida interna, que corresponde a 98,4 milhões de dólares, e 73,9% ou 278,2 milhões de dólares por dívida externa.
- Segundo o Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, os passivos contingentes atingiram 196,4 milhões de dólares em finais do II semestre de 2022, contra 161,6 milhões de dólares em finais do II semestre do ano anterior.
- As dívidas das empresas públicas com garantia (resultantes de cartas de conforto passadas pelo Estado a empresas estatais) tiveram um decréscimo de 20,5%, enquanto que as dívidas estatais não garantidas cresceram e atingiram 191,6 milhões de dólares.
- Todos os saldos orçamentais no trimestre em análise apresentaram défice, o que pode ser considerado um alerta para o reforço das medidas que promovam a eficiência e sustentabilidade das finanças públicas.
- Os factores de riscos para a execução do orçamento no quarto trimestre foram:
  - a. Aumento da taxa de inflação e moderado crescimento da economia mundial, sobretudo a performance de Portugal que é um dos principais parceiros comerciais.
  - b. Contínua degradação das condições financeiras mundiais e dificuldades crescentes de STP para beneficiar de donativos
  - c. Fraca produção e comercialização dos principais produtos de exportação, com impacto nas receitas.

<sup>1</sup> segundo o country report 22/306 do FMI referente a 5ª revisão do programa assistência técnica e financeira *Extended Credit Facility Arrangement*, em Setembro de 2022



- d. Novo surto de Covid-19 ou outro fenômeno que afete a mobilidade internacional de pessoas para STP, condicionando as receitas com o turismo.
- e. Aumento do custo das matérias-primas energéticas e do preço dos principais produtos importados que tem agravado o aumento do custo de vida.



## 1. INTRODUÇÃO

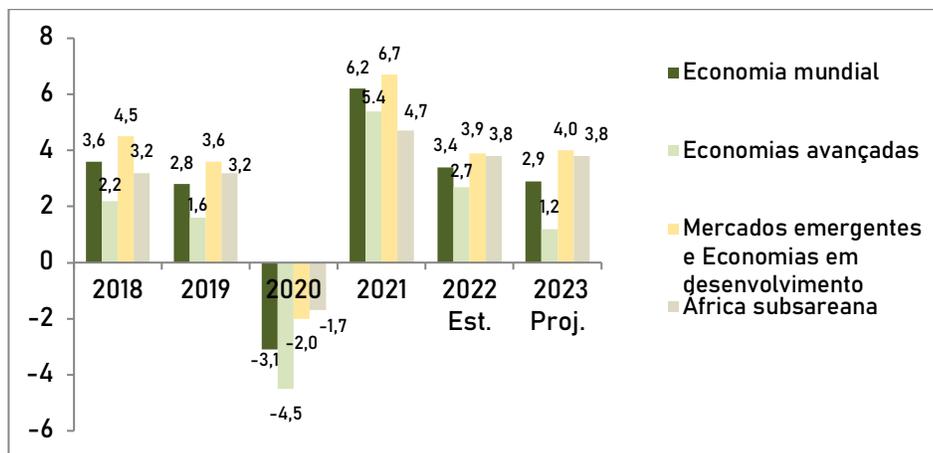
1. O Relatório de Execução Fiscal (REF) é um documento elaborado com periodicidade trimestral que tem o principal objectivo de analisar a execução das receitas e despesas públicas e a avaliação da situação financeira do Estado.
2. O REF se foca na análise da execução cumulativa trimestral até ao período de referência do documento. A única excepção é o subcapítulo denominado “Execução por Trimestre”, presente no capítulo sobre a execução do OGE 2022
3. Os dados apresentados têm como principal fonte a Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE).
4. As receitas são apuradas pela óptica de caixa, isto é, quando a arrecadação se encontra efectivamente reflectida no saldo da Conta Única do Tesouro.
5. As despesas são apuradas pela óptica de compromisso, sendo representada na óptica de caixa apenas no subcapítulo da execução das despesas identificada com a expressão “base de caixa” no título.
6. O presente relatório apresenta a seguinte estrutura:
7. **Sumário Executivo:** Este capítulo resume o conteúdo do Relatório.
8. **Capítulo 1 – Introdução:** Este capítulo apresenta o documento e os principais aspectos que definem o processo metodológico de criação do REF.
9. **Capítulo 2 – Enquadramento Macroeconómico:** Este capítulo avalia o contexto macroeconómico internacional e nacional.
10. **Capítulo 3 – Execução do Orçamento Geral do Estado 2022:** Este capítulo aborda o desempenho dos saldos orçamentais e as suas principais componentes, como: (i) Saldo Orçamental Global, (ii) Saldo Primário, (iii) Saldo Corrente, (iv) Saldo Primário Não-Petrolífero, (v) Saldo Orçamental excluindo Donativos, (vi) Saldo Primário excluindo Donativos.
11. **Capítulo 4 – Dívida Pública:** Este capítulo aborda o desempenho do stock da Dívida pública e a sua composição.
12. **Capítulo 5 – Considerações Finais – Execução e Riscos Fiscais:** Análise da performance dos Saldos Orçamentais e identificação dos principais riscos fiscais.



## 2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

13. Segundo o relatório do *World Economic Outlook actualizado de Janeiro de 2023* do FMI, a economia mundial enfrentou uma luta global com série de desafios que levaram a desaceleração do crescimento económico.
14. Estima-se que a taxa de crescimento da economia mundial em 2022 desacelerou, saindo de 6,0% em 2021 para 3,4% em 2022, e espera-se o mesmo cenário em 2023 (2,9%).
15. Para as economias avançadas as estimativas foram de um crescimento de 2,7% em 2022, um abrandamento de 2,7 pontos percentuais em relação ao ano 2021, e prevê-se um crescimento de 1,2% em 2023. Quanto aos mercados emergentes e economias em desenvolvimento estima-se um crescimento de 3,9% em 2022 e prevê-se um crescimento de 4,0% para 2023.
16. O crescimento económico para a região da África Subsaariana em 2022 foi estimado em 3,8%, um abrandamento em comparação com o crescimento verificado em 2021 (4,7%). Para 2023 espera-se um crescimento com a mesma percentagem verificada em 2022.

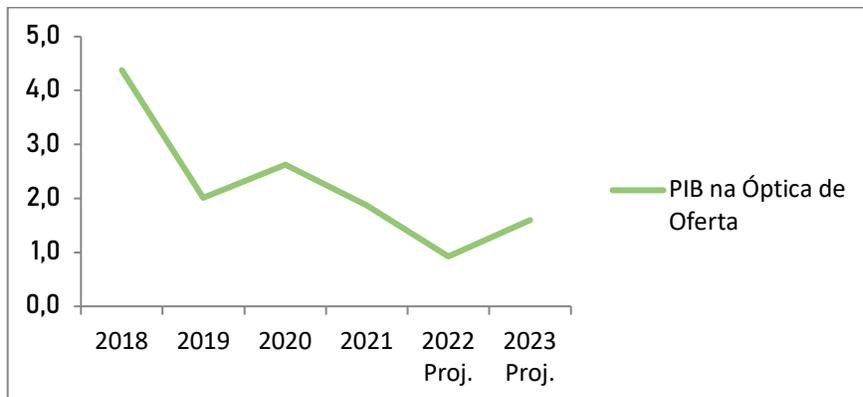
GRÁFICO 1 – TAXAS DE CRESCIMENTO ECONÓMICO MUNDIAL (%)



Fonte: WEO actualizado de Janeiro de 2023, FMI



- 17.** Muitos factores contribuíram para que a inflação em 2022 atingisse o valor mais alto verificado em décadas, sendo: a incidência da pandemia de COVID-19, a disrupção na cadeia de oferta internacional de diversos produtos, a invasão da Ucrânia pela Rússia e o aumento generalizado dos preços dos bens alimentares e das matérias-primas energéticas agravado pelos cortes de produção da OPEP e seus aliados.
- 18.** A taxa de inflação média mundial estimada para 2022 (8,8%) foi superior a taxa verificada em 2021 (4,7%), para 2023 espera-se que a mesma deva diminuir para 6,5%.
- 19.** A guerra da Rússia na Ucrânia e a política monetária da maioria dos bancos centrais para combater a inflação continuam a pesar na actividade económica. A rápida propagação da COVID-19 na China amorteceu o crescimento em 2022, mas a recente reabertura abriu o caminho para uma recuperação mais rápida do que se esperava.
- 20.** Na maioria das economias, em meio à crise do custo de vida, a prioridade continua a ser a de conseguir uma desinflação sustentada, com condições monetárias mais restritivas e um menor crescimento que possa afectar a estabilidade financeira e da dívida, e será necessário utilizar ferramentas macro prudenciais e reforçar os quadros de reestruturação da dívida.
- 21.** O apoio fiscal deveria ser melhor orientada para os mais afectados pelos preços elevados dos alimentos e da energia, e medidas de alívio fiscal de base ampla deve ser retirado. Uma cooperação multilateral mais forte é essencial para preservar os ganhos obtidos com as regras baseadas no sistema multilateral e para mitigar as alterações climáticas através da limitação das emissões e do aumento do investimento verde.
- 22.** A pandemia de COVID-19, também impactou a economia de São Tomé e Príncipe afectando significativamente diversos sectores, como o Turismo.

**GRÁFICO 2 - TAXA DE CRESCIMENTO DO ECONÓMICO DE STP (%)**

Fonte: INE (\* dados semi-definitivos; \*\* dados provisórios), e Unidade Macro Fiscal (Pojeção)

- 23.** Segundo os dados do INE o PIB tem crescido em média 3% de 2018 a 2021. Para 2022 as perspectivas económicas da Unidade Macro Fiscal prevêem um abrandamento no crescimento da economia saindo de 1,9% em 2021 para 0,9%, e para o ano 2023 espera-se uma melhoria com a taxa de crescimento do PIB real de 1,6%.
- 24.** Relativamente a inflação, em 2022 a mesma registou uma taxa acumulada de 25,2% um aumento não verificado em décadas, agravada pelo aumento do preço das mercadorias, causado pelos fenómenos que marcam a economia mundial.
- 25.** No que se refere ao sector público, segundo dados do Gabinete da Dívida Pública em 2022 houve um alto nível da dívida pública, com o stock total da dívida pública cifrando-se em 376,6 milhões de dólares.
- 26.** O processo de reforma das finanças públicas em curso tem contribuído e deverá contribuir para o fortalecimento e sustentabilidade da mesma.



### 3. EXECUÇÃO DO OGE 2022

#### 3.1. OGE 2022

- 27.** Em 2022, o Orçamento Geral do Estado (OGE) teve as receitas e despesas totais estimadas em cerca de 3,871 mil milhões de dobras.
- 28.** As receitas efectivas foram estimadas em 3,415 mil milhões de dobras, implicando um saldo global deficitário de 455,99 milhões de dobras.
- 29.** As receitas correntes foram estimadas em 1,772 mil milhões de dobras, que representou cerca de 41,4% das receitas totais, os donativos foram estimados em 1,643 mil milhões de dobras ou 44,7% da receita total, os restantes 13,9% representaram o financiamento.
- 30.** As receitas correntes foram constituídas maioritariamente por receitas fiscais, que representou cerca de 77% da receita corrente. As receitas correntes fixaram-se em cerca de 1,747 mil milhões de dobras (impostos directos: 503,89 milhões de dobras + Impostos indirectos: 842,85 milhões de dobras).
- 31.** As despesas totais foram compostas em 3,549 mil milhões de dobras (91,7% da despesa total programada), em despesas de funcionamento, 2,415 mil milhões de dobras (68,3% da despesa total) e em Projectos de Investimento Público 926,9 milhões em despesa financeira (5,3% da despesa total).
- 32.** Em relação à composição da despesa corrente, a despesa com pessoal ocupa a posição de destaque, tendo sido estimada em 1,165 mil milhões de dobras ao representar cerca de 47,4% da despesa corrente na sua execução com o valor de 1,146 mil milhões de dobras.
- 33.** Os subsídios e transferências correntes ocupam a segunda posição com 369,7 milhões de dobras, seguido da despesa com bens e serviços com 261,8 milhões de dobras (15,3 % da despesa corrente), despesas correntes do exercício findo com 317,4 milhões de dobras (13,1% da despesa corrente) e despesas com bens e serviços com 261,8 milhões de dobras (10,8% da despesa corrente).



## 3.2. OVERVIEW DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

### 3.1.1. Execução Acumulada

- 34.** O OGE 2022 foi executado a um ritmo mais lento comparativamente ao verificado em 2021.
- 35.** No período em análise, as receitas totais atingiram um nível de execução de 78,1%, inferior em cerca de 14,8 pontos percentuais em relação à execução da despesa total.
- 36.** As receitas efectivas apresentaram um nível de execução razoável atingido os 82,0%, influenciada principalmente pela boa performance das receitas não fiscais, com um nível de execução de 135,3%.
- 37.** As receitas correntes apresentaram um nível de execução alinhada ao período de referência, tendo atingido 98,6%, acima da execução apurada no mesmo período de 2021, altura em que se situou em 93,8%. As suas subcontas “receitas fiscais” e “receitas não fiscais” registaram uma execução de 91,3% e 135,3%, respectivamente.
- 38.** As receitas não efectivas foram executadas apenas em 49,1%, lideradas pela subconta “financiamento interno” que teve uma execução de 103,1%. Em contraste, a subconta “financiamento externo” teve uma execução de apenas 41,4%.
- 39.** O alto nível de execução das receitas efectivas visaram cobrir a fraca performance das receitas não efectivas, sobretudo o baixo nível de donativos.
- 40.** A moderada execução das receitas condiciona a execução das despesas.
- 41.** Até ao final do 2022, a despesa total executada atingiu 3 549 645 milhares de dobras, o que representa cerca de 91,7% da despesa total orçamentada para o ano.
- 42.** A razoável execução da despesa total foi influenciada significativamente pelo nível razoável de execução das despesas efectivas, que foram executadas em 91,1%, sobretudo pela subconta “despesas correntes” que foi executada em 110,7%.



TABELA 1 - EXECUÇÃO DO OGE 2022 (MILHARES DE DOBRAS)

Cod.	Descrição	OGE 2021 (a)	IV trim. 21 acum. (b)	OGE 2022 (c)	IV trim. 22 acum. (d)	Execução 2021 % (b/a)	Execução 2022 % (d/c)
<b>1</b>	<b>RECEITAS TOTAIS</b>	<b>3 655 123</b>	<b>2 604 868</b>	<b>3 870 985</b>	<b>3 023 412</b>	<b>71,3%</b>	<b>78,1%</b>
11	RECEITAS EFECTIVAS	3 335 311	2 161 796	3 415 000	2 799 366	64,8%	82,0%
111	Receitas correntes	1 710 358	1 603 676	1 772 000	1 747 396	93,8%	98,6%
1111	Receitas fiscais	1 436 154	1 325 426	1 477 000	1 348 254	92,3%	91,3%
1112	Receitas não fiscais	274 204	278 250	295 000	399 143	101,5%	135,3%
112	Donativos	1 624 953	558 120	1 643 000	1 051 969	34,3%	64,0%
1121	Para financiamento do OGE	367 500	257 382	326 670	417 722	70,0%	127,9%
1122	Donativos para Projectos	1 170 946	273 935	1 252 000	573 510	23,4%	45,8%
1123	HIPC	86 507	26 803	64 330	60 737	31,0%	94,4%
12	RECEITAS NÃO EFECTIVAS	319 812	443 072	455 985	224 046	138,5%	49,1%
121	Financiamento interno	88 500	280 789	57 500	59 261	317,3%	103,1%
122	Financiamento externo	231 312	162 283	398 485	164 786	70,2%	41,4%
<b>2</b>	<b>DESPEAS TOTAIS</b>	<b>3 655 123</b>	<b>2 823 483</b>	<b>3 870 985</b>	<b>3 549 645</b>	<b>77,2%</b>	<b>91,7%</b>
21	DESPEAS EFECTIVAS	3 472 029	2 674 094	3 667 152	3 342 351	77,0%	91,1%
211	Despesas correntes	2 136 609	2 101 215	2 182 801	2 415 354	98,3%	110,7%
2111	Despesas com pessoal	1 146 474	1 060 492	1 165 000	1 145 760	92,5%	98,3%
2112	Bens e serviços	268 007	260 209	274 770	261 881	97,1%	95,3%
2113	Juros da dívida	49 990	23 109	74 224	69 603	46,2%	93,8%
2114	Subsídios e transferências correntes	388 125	335 281	397 767	369 900	86,4%	93,0%
2115	Outras despesas correntes	211 618	250 969	195 890	250 777	118,6%	128,0%
2116	Despesas corr. exerc. Findo	72 395	171 154	75 150	317 432	236,4%	422,4%
2117	Restituições	-	-	-	-	-	-
212	Investimento público	1 335 420	572 880	1 484 351	926 997	42,9%	62,5%
2121	Recursos Internos	55 115	23 522	75 351	22 940	42,7%	30,4%
2122	Recursos Externos	1 280 305	549 358	1 409 000	904 058	42,9%	64,2%
22	DESPEAS FINANCEIRAS	183 094	149 388	203 833	207 294	81,6%	101,7%
221	Amortiz. da dívida públ. interna	-	65 410	-	73 694	-	-
222	Amortiz. da dívida públ. externa	183 094	74 355	203 833	129 164	40,6%	63,4%
223	Outras despesas financeiras	-	9 623	-	4 436	-	-
i	SALDO GLOBAL	(319 812)	(661 686)	(455 985)	(750 280)	206,9%	164,5%
ii	SALDO PRIMÁRIO	(86 728)	(489 189)	(177 928)	(418 640)	564,0%	235,3%
iii	SALDO PRIMÁRIO EXCLUINDO DONATIVOS	(1 711 681)	(1 047 309)	(1 820 928)	(1 470 609)	61,2%	80,8%
iv	SALDO GLOBAL (% PIB)	-3,0%	-6,2%	-4,0%	-6,1%	206,9%	154,8%
v	SALDO PRIMÁRIO (% PIB)	-0,8%	-4,6%	-1,5%	-3,4%	564,0%	221,4%
vi	SALDO PRIMÁRIO E EXCLUINDO DONATIVOS (% PIB)	-16,0%	-9,8%	-15,8%	-12,0%	61,2%	76,0%
vii	PIB NOMINAL (em milhões Db)	10 719	10 719	11 510	12 232		

Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

**43.** As despesas correntes foram executadas em 110,7% do programado. A sua subconta com o maior nível de execução foi a das despesas correntes do exercício findo, executada em 422,4%. Os menores graus de execução foram apurados nas subcontas “subsídios e transferências correntes” e, “juros da dívida” com 93,0% e 93,8%, respectivamente.



- 44.** As despesas financeiras foram executadas em 101,7%, percentual distorcido pela falta de orçamentação para as “amortizações da dívida pública interna” e “outras despesas financeiras” no OGE 2022.
- 45.** Consequentemente, o saldo global atingiu um défice de 750 280 milhares de Dobras, que representa quase o dobro face ao antecipado no OGE 2022, que tinha sido fixado em 455 985 milhares de dobras.
- 46.** A mesma tendência foi apurada no saldo primário, que atingiu um défice de 418 640 milhares de dobras, que supera significativamente o défice previsto de 177 928 milhares de dobras no OGE 2022.
- 47.** O saldo primário excluindo donativos atingiu um défice de 1470 609 milhares de dobras, tendo melhorado significativamente comparativamente ao défice de 1 820 928 milhares de dobras definido no OGE 2022, reflexo da redução dos donativos no financiamento do orçamento do período em análise.

### 3.1.2. Execução por Trimestre

- 48.** Em relação às receitas totais obtidas no trimestre de referência sem incluir o I, II e III trimestre do ano período em análise, as receitas totais executadas situaram-se em 833 645 milhares de dobras, tendo sido superior ao executado nos outros três trimestres. O registo representa um aumento de 17,9% em relação ao trimestre transacto e uma execução de 4,45% a mais face ao período homólogo de 2021.
- 49.** A execução das receitas efectivas representou uma expansão de 97,7% em relação ao trimestre anterior e superior em 5,5% em relação ao IV trimestre de 2021.
- 50.** As receitas correntes no IV trimestre tiveram uma performance superior ao trimestre transacto e homólogo, com uma variação percentual positiva de 10,6% e 13,3%, respectivamente, tendo-se fixado em 466 134 milhares de dobras.
- 51.** No que refere aos donativos, que com a subconta “receitas correntes” compõem as receitas efectivas, apenas se registou entrada de donativos para financiamento do OGE no trimestre em análise, o que representou um aumento de 42,8% relativamente ao mesmo período do ano transacto.
- 52.** As receitas não efectivas executadas por trimestre apenas somaram no IV trimestre o valor de 11 milhares de dobras, que representou uma redução na ordem 100,0% em relação ao trimestre anterior e redução igualmente na ordem de 990,9% em relação ao trimestre homólogo.

**TABELA 2 - EXECUÇÃO TRIMESTRAL NÃO CUMULATIVA DO OGE (MILHARES DE DOBRAS)**

Cod.	Descrição	IV trim. 21	III trim. 22	IV trim. 22	Variação (%)	
		Out - Dez	Jul - Set	Out - Dez	Trim.	Homól.
<b>1</b>	<b>RECEITAS TOTAIS</b>	<b>798 215</b>	<b>706 961</b>	<b>833 645</b>	<b>18%</b>	<b>4%</b>
11	RECEITAS EFECTIVAS	789 968	421 598	833 634	98%	6%
111	Receitas correntes	411 466	421 598	466 134	11%	13%
1111	Receitas fiscais	339 224	318 124	340 872	7%	0%
1112	Receitas não fiscais	72 242	103 474	125 262	21%	73%
112	Donativos	378 503	-	367 500	-	-3%
1121	Para financiamento do OGE	257 382	-	367 500	-	43%
1122	Donativos para Projectos	121 120	-	-	-	-100%
1123	HIPC	-	-	-	-	-
12	RECEITAS NÃO EFECTIVAS	8 246	285 363	11	-100%	-100%
121	Financiamento interno	230	285 363	11	-100%	-95%
122	Financiamento externo	8 016	-	-	-	-100%
<b>2</b>	<b>DESPESAS TOTAIS</b>	<b>756 203</b>	<b>809 467</b>	<b>582 002</b>	<b>-28%</b>	<b>-23%</b>
21	DESPESAS EFECTIVAS	713 254	755 795	517 570	-32%	-27%
211	Despesas correntes	539 368	560 552	500 239	-11%	-7%
2111	Despesas com pessoal	326 109	334 771	293 675	-12%	-10%
2112	Bens e serviços	65 451	66 786	62 332	-7%	-5%
2113	Juros da dívida	8 455	33 016	25 381	-23%	200%
2114	Subsídios e transferências correntes	74 920	102 685	94 440	-8%	26%
2115	Outras despesas correntes	64 268	22 954	23 469	2%	-63%
2116	Despesas corr. Exerc. Findo	166	339	942	178%	468%
2117	Restituições	-	-	-	-	-
212	Investimento público	173 887	195 243	17 331	-91%	-90%
2121	Recursos Internos	4 770	5 815	6 382	10%	34%
2122	Recursos Externos	169 117	189 428	10 949	-94%	-94%
22	DESPESAS FINANCEIRAS	42 948	53 673	64 432	20%	50%
221	Amortiz. da dívida púb. Interna	15 343	-	-	-	-100%
222	Amortiz. da dívida púb. Externa	22 277	53 673	64 432	20%	189%
223	Outras despesas financeiras	5 328	-	-	-	-100%
i	SALDO GLOBAL	33 766	(387 869)	251 632	(2)	6
ii	SALDO PRIMÁRIO	85 169	(301 181)	341 445	(2)	3
iii	SALDO PRIMÁRIO EXCLUINDO DONATIVOS	(293 334)	(301 181)	(26 055)	(1)	(1)
iv	SALDO GLOBAL (% PIB)	0,3%	-3,4%	2,1%	-161,0%	553,0%
v	SALDO PRIMÁRIO (% PIB)	0,8%	-2,6%	2,8%	-206,7%	251,3%
vi	SALDO PRIMÁRIO E EXCLUINDO DONATIVOS (% PIB)	-2,7%	-2,6%	-0,2%	-91,9%	-92,2%
vii	PIB NOMINAL	10 719	11 510	12 232		

Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

- 53.** As receitas não efectivas executadas foram suportadas exclusivamente pela execução do financiamento interno. O financiamento externo teve um registo nulo no IV trimestre.
- 54.** No que se refere às despesas, o IV trimestre foi aquele com o nível mais baixo de execução de despesas em 2022, correspondendo a 582 002 milhares de dobras, o que representou uma diminuição de 28,0% face ao III trimestre e menos 23,0% face ao mesmo período.
- 55.** As despesas efectivas executadas no trimestre em análise atingiram 517 570 milhares de dobras, que representou uma diminuição em 32,0% em relação ao III trimestre e menos 27,0% face ao período homólogo.
- 56.** No trimestre em análise, as despesas correntes atingiram 500 239 milhares de dobras e o investimento público 17 331 milhares de dobras. As despesas correntes comprimiram 11,0% face ao trimestre transacto e menos 7,0% face ao período homólogo de 2021. A execução da despesa com investimento público teve uma diminuição de 91,0% face ao trimestre transacto e menos 90,0% face ao período homólogo.
- 57.** As despesas financeiras atingiram 64 432 milhares de dobras, que representou um incremento de 20,0% e 50,0%, em relação ao III trimestre e o I trimestre de 2021, respectivamente.

### 3.1.3. Saldo Global

- 58.** O saldo orçamental global atingiu um défice de 750 280 milhares de dobras ao longo dos 12 meses do ano, o que equivale a aproximadamente 6,13% do PIB e representa um agravamento de 294 295 face ao registo de 455 985 definido no OGE 2022.
- 59.** No ano passado, verificou-se um défice de 661 686 milhares de dobras nos 12 meses de 2021, o que representou cerca de 6,9% do PIB e espelha a degradação do indicador de um ano para outro, devido, sobretudo, ao crescimento mais que proporcional da despesa comparativamente à receita.

### 3.1.4. Saldo Primário

60. O saldo primário é um importante indicador fiscal que permite avaliar o saldo orçamental sem as despesas derivadas das responsabilidades com cumprimento do serviço da dívida.
61. O saldo primário registou um défice de 109 894 milhares de dobras, equivalente a menos 0,9% do PIB. A diferença entre o saldo global e primário é significativa, o que reflecte o crescente peso da dívida pública e da despesa com o serviço da dívida.
62. Em 2021, no período em análise, o défice tinha atingido 391 024 milhares de dobras, que corresponde a aproximadamente 4,1% do PIB.

### 3.1.5. Saldo Primário excluindo Donativos

63. O saldo primário excluindo donativos permite avaliar com melhor clareza a performance fiscal do Governo ao excluir as despesas financeiras, juros a pagar e os donativos.
64. O indicador permite considerar apenas as despesas que impactem directa e indirectamente o bem-estar social e apenas as receitas relacionadas com política fiscal ou gestão patrimonial, exclui, portanto, as ajudas externas, componente da receita mais exposta à dinâmica e boa vontade internacional.
65. O saldo primário excluindo donativos permite avaliar o grau de autonomia orçamental e a identificação da parcela do orçamento financiada pelo esforço efectivo da Administração Pública.
66. A melhoria do indicador, que contrasta com a tendência do saldo global e primário, reflecte a crescente busca dos donativos, com vista a minimizar a elevada vulnerabilidade orçamental relacionada à necessidade de ajuda externa para a cobertura de parte relevante da despesa pública, o que poderá ser insustentável a médio e longo prazos.

### 3.1.6. Saldo Global excluindo Donativos

67. O saldo global excluindo donativos permite avaliar de forma simplificada a performance do saldo global sem incluir as receitas provenientes de ajuda



externa. Este indicador é, portanto, muito relevante para avaliar o grau de autonomia financeira da Administração Pública.

**68.** O saldo atingiu um déficit de 176 239 milhares de reais, equivalente a menos 1,4% do PIB, que compara aos 2 098 985 milhares de reais (8,2% do PIB) no OGE 2022.

### 3.1.7. Saldo Corrente

**69.** O saldo corrente atingiu um déficit de 72 884 milhares de reais no IV trimestre de referência, o equivalente a menos 0,6% do PIB, que compara com o déficit de 410 801 milhares de reais antecipados no OGE 2022.

**70.** O indicador contribui para um primeiro olhar para a saúde das finanças públicas no curto prazo e identificação das necessidades de tesouraria.

**TABELA 3 - SALDOS ORÇAMENTAIS**

Saldos Orçamentais	2020		2021		OGE 22		IV trim. 22	
	m Db	% PIB	m Db	% PIB	m Db	% PIB	m Db	% PIB
Global	(501 164)	-4.9%	(661 686)	-6.2%	(455 985)	-4.0%	221 291	18%
Global excl. donativos	(1 572 527)	-15.3%	(1 219 807)	-11.4%	(2 098 985)	-18.2%	(176 239)	-1.4%
Primário	(432 734)	-4.2%	(391 024)	-3.6%	(338 905)	-2.9%	(109 894)	-0.9%
Primário excl. donativos	(1 504 097)	-14.7%	(949 144)	-8.9%	(1 981 905)	-17.2%	(507 424)	-4.1%
Corrente	(535 283)	-5.2%	(497 539)	-4.6%	(410 801)	-3.6%	(72 884)	-0.6%
Corrente excl. juros	(499 951)	-4.9%	(474 429)	-4.4%	(336 577)	-2.9%	(51 734)	-0.4%
Corrente excl. petróleo	(674 645)	-6.6%	(561 765)	-5.2%	(412 928)	-3.6%	(172 392)	-1.4%
PIB Nominal	10 247 000	100%	10 719 000	100%	11 510 000	100%	12 232 139	100%

Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

## 3.3. EXECUÇÃO DAS RECEITAS

**71.** Segue-se a tabela em que são apresentadas com mais detalhes a execução das contas e subcontas que compõe a receita total no período em análise.

**TABELA 4 - EXECUÇÃO DAS RECEITAS (MILHARES DE DOBRAS)**

Cod	Descrição	OGE 2021 (a)	OGE 2022 (b)	IV trim. 21 (c)	IV trim. 22 (d)	Execução %	
						2021	2022
<b>1</b>	<b>RECEITAS TOTAIS</b>	<b>3 655 123</b>	<b>3 870 985</b>	<b>2 604 868</b>	<b>3 023 412</b>	<b>71,3%</b>	<b>78,1%</b>
11	RECEITAS EFECTIVAS	3 335 311	3 415 000	2 161 796	2 799 366	64,8%	82,0%
111	Receitas correntes	1 710 358	1 772 000	1 603 676	1 747 396	93,8%	98,6%
<b>1111</b>	<b>Receitas fiscais</b>	<b>1 436 154</b>	<b>1 477 000</b>	<b>1 325 426</b>	<b>1 348 254</b>	<b>92,3%</b>	<b>91,3%</b>
11111	Impostos directos	440 696	455 519	438 594	503 899	99,5%	110,6%
111111	IRS	358 125	375 339	351 279	396 492	98,1%	105,6%
111112	IRC	69 248	64 889	72 573	90 915	104,8%	140,1%
111113	Imposto sobre o Património	13 323	15 281	14 742	16 492	110,6%	107,9%
11112	Impostos indirectos	995 084	1 019 829	885 359	842 857	89,0%	82,6%
111121	Imposto sobre a Exportação	-	-	888	1 529	-	-
111122	Imposto sobre a Importação	611 450	626 451	530 959	461 327	86,8%	73,6%
1111221	Taxa s/importação	241 661	307 140	256 062	258 666	106,0%	84,2%
1111222	Sobre-Taxa s/importação	263 494	294 311	218 252	201 638	82,8%	68,5%
1111223	Sobre-Taxa Especial derivado do Petróleo	108 295	25 000	56 645	1 023	52,3%	4,1%
111123	Imposto sobre a Produção	-	-	-	-	-	-
111124	Imposto sobre consumo	243 079	240 441	239 793	248 274	98,6%	103,3%
1111241	Imp s/consumo de Serviços	104 416	105 437	106 524	125 713	102,0%	119,2%
1111242	Imp s/consumo de Beb.alcoolicas	92 762	92 850	95 106	93 992	102,5%	101,2%
1111243	Imp. s/Consumo de Produção Local	45 901	42 154	38 163	28 568	83,1%	67,8%
1111244	Imp. s/valor acrescentado (IVA)	21 791	23 919	-	-	0,0%	0,0%
111125	Imposto de Selo	62 264	70 785	66 047	76 896	106,1%	108,6%
111126	Taxas	52 233	58 231	47 672	54 832	91,3%	94,2%
11113	Contribuições	4 266	-	270	337	6,3%	-
111131	Contr. Fundo de Financ. da S. S.	-	-	-	337	-	-
111132	Contribuição do Fundo de Desemprego	4 266	-	270	-	6,3%	-
111133	Contribuições Económicas	-	-	-	-	-	-
11114	Outras Receitas Fiscais	375	1 652	1 203	1 160	320,8%	70,2%
<b>1112</b>	<b>Receitas não fiscais</b>	<b>274 204</b>	<b>295 000</b>	<b>278 250</b>	<b>399 143</b>	<b>101,5%</b>	<b>135,3%</b>
11121	Receita Patrimonial	73 304	82 220	75 738	214 690	103,3%	261,1%
111211	Rendimento de Participações	15 563	38 036	34 977	30 107	224,7%	79,2%
111212	Rendimento de Recursos Naturais	42 130	28 832	14 591	143 603	34,6%	498,1%
1112121	Rendimentos do Petróleo	1 938	2 127	7 581	113 754	391,2%	5348,1%
1112122	Rendimentos das Pescas	40 192	26 705	7 010	29 848	17,4%	111,8%
111213	Outras Receitas Patrimoniais	15 611	15 352	26 170	40 980	167,6%	266,9%
11122	Receitas de Serviços	188 248	194 993	186 001	180 376	98,8%	92,5%
11123	Outras Receitas não Fiscais	12 652	17 786	16 511	4 077	130,5%	22,9%
112	Donativos	1 624 953	1 643 000	558 120	1 051 969	34,3%	64,0%
1121	Para financiamento do OGE	367 500	326 670	257 382	417 722	70,0%	127,9%



1122	Donativos para Projectos	1 170 946	1 252 000	273 935	573 510	23,4%	45,8%
1123	HIPC	86 507	64 330	26 803	60 737	31,0%	94,4%
12	RECEITAS NÃO EFECTIVAS	319 812	455 985	443 072	224 046	138,5%	49,1%
121	Financiamento interno	88 500	57 500	280 789	59 261	317,3%	103,1%
122	Financiamento externo	231 312	398 485	162 283	164 786	70,2%	41,4%

Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

**72.** Segue-se a análise da evolução de algumas importantes classes de receitas nos últimos anos.

### A) Impostos Directos

**73.** No IV trimestre do ano corrente, os impostos directos foram compostos em 79% pelo IRS, 18% pelo IRC e os restantes 3% pelo imposto sobre o património.

**74.** Os impostos directos têm apresentado uma evolução estável ao longo dos últimos anos.

**GRÁFICO 3 - IMPOSTOS DIRECTOS (MILHARES DE DOBRAS)**



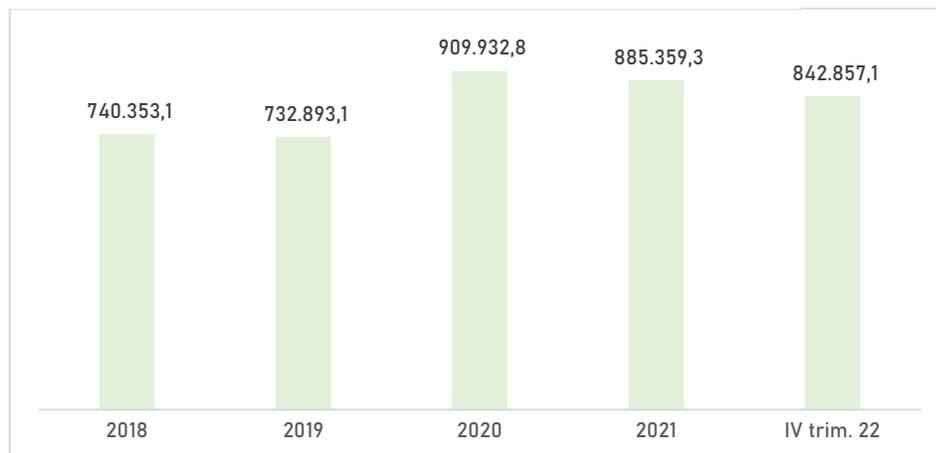
Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

## B) Impostos Indirectos

**75.** No trimestre em análise, os impostos indirectos foram constituídos em 0,2% pelo imposto sobre a exportação, 54,7% em imposto sobre a importação, 29,5% em imposto sobre consumo, 9,1% em imposto de selo e 6,5% em taxas.

**76.** Os impostos indirectos estão em queda desde 2020.

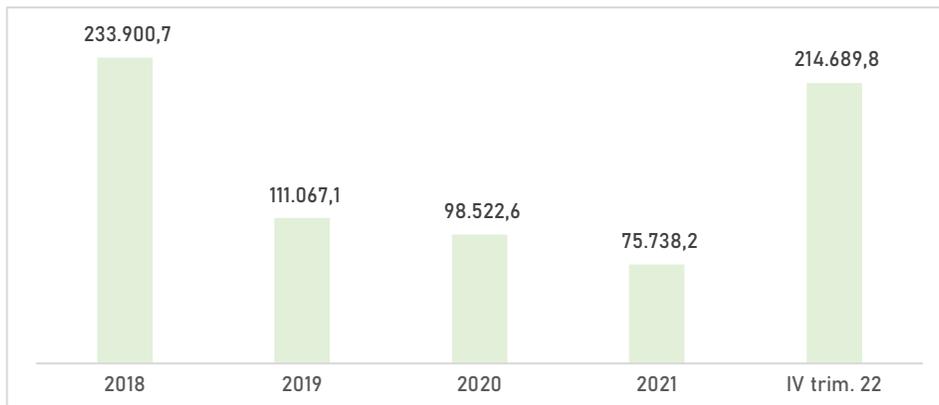
**GRÁFICO 4 - IMPOSTOS INDIRECTOS (MILHARES DE DOBRAS)**



Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

## Receita Patrimonial

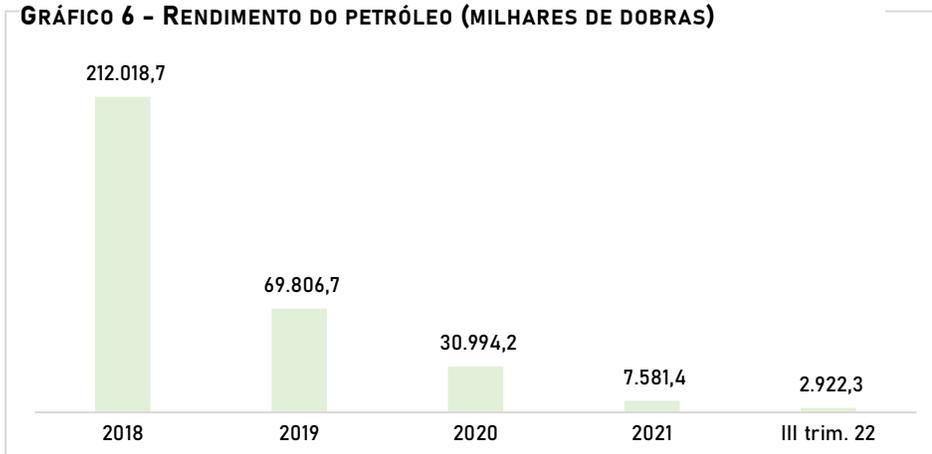
**77.** A receita patrimonial, após vários anos consecutivos em tendência de diminuição, teve um nível de execução nos 12 meses de 2022 que superou o registo total no ano 2021, o que pode significar uma reversão da tendência para os próximos anos.

**GRÁFICO 5 - RECEITA PATRIMONIAL (MILHARES DE DOBRAS)**

Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

### C) Rendimento do Petróleo

**78.** O rendimento do petróleo mantém a tendência de diminuição verificada nos últimos anos, tendo reduzido de 212 018,7 milhares de dobras para 113 754,2 milhares de dobras no IV trimestre de 2022. Porém constata-se um ligeiro aumento em relação ao ano 2021 que ficou nos 7 581 milhares de dobras.

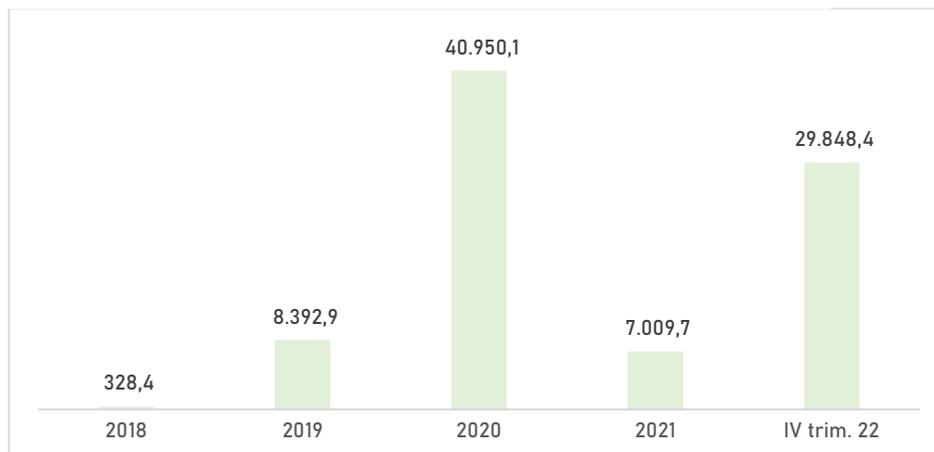
**GRÁFICO 6 - RENDIMENTO DO PETRÓLEO (MILHARES DE DOBRAS)**

Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

## D) Rendimento das Pescas

**79.** O rendimento das pescas deu sinais positivos ao recuperar em 2022, tendo atingido 29 848,4 milhares de dobras no IV trimestre, o que supera o registo de 7 009,7 milhares de dobras apurado em 2021, mas que ainda fica aquém dos 40 950,1 milhares de dobras registado em 2020.

**GRÁFICO 7 - RENDIMENTO DAS PESCAS (MILHARES DE DOBRAS)**



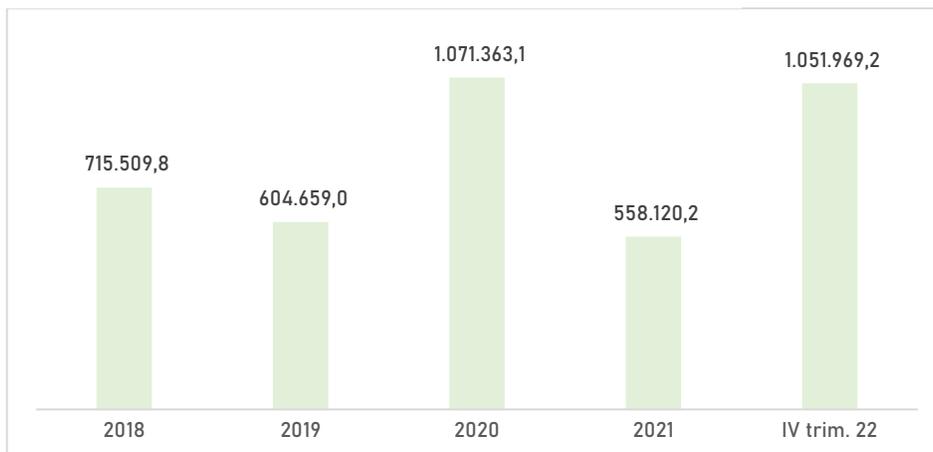
Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

## E) Donativos

**80.** Os donativos estão em queda desde 2020, altura em que tinha atingido 1 071 363,1 milhares de dobras. No IV trimestre do ano corrente os donativos atingiram 1 051 969,9 milhares de dobras, mas aquém do registado no ano 2020.



**GRÁFICO 8 - DONATIVOS (MILHARES DE DOBRAS)**



Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

### 3.4. EXECUÇÃO DAS DESPESAS

#### 3.4.1. Despesas Executadas (Base de Compromisso)

**81.** As despesas executadas com base de compromisso são representadas na tabela abaixo.

**TABELA 5 - EXECUÇÃO DAS DESPESAS (MILHARES DE DOBRAS)**

Cod.	Descrição	OGE 2021 (a)	OGE 2022 (b)	IV trim. 21 (c)	IV trim. 22 (d)	Execução %	
						2021 (c/a)	2022 (d/b)
<b>2</b>	<b>DESPESAS TOTAIS</b>	<b>3 655 123</b>	<b>3 870 985</b>	<b>2 823 483</b>	<b>3 549 645</b>	<b>77,2%</b>	<b>91,7%</b>
21	DESPESAS EFECTIVAS	3 472 029	3 667 152	2 674 094	3 342 351	77,0%	91,1%
211	Despesas correntes	2 136 609	2 182 801	2 101 215	2 415 354	98,3%	110,7%
<b>2111</b>	<b>Despesas com pessoal</b>	<b>1 146 474</b>	<b>1 165 000</b>	<b>1 060 492</b>	<b>1 145 760</b>	<b>92,5%</b>	<b>98,3%</b>
21111	Vencimentos e Salários	493 585	520 901	427 060	520 260	86,5%	99,9%
21112	Outras despesas com pessoal	605 545	599 945	595 510	585 571	98,3%	97,6%
21113	Segurança Social	47 345	44 154	37 922	39 929	80,1%	90,4%
<b>2112</b>	<b>Bens e serviços</b>	<b>268 007</b>	<b>274 770</b>	<b>260 209</b>	<b>261 881</b>	<b>97,1%</b>	<b>95,3%</b>
<b>2113</b>	<b>Juros da dívida</b>	<b>49 990</b>	<b>74 224</b>	<b>23 109</b>	<b>69 603</b>	<b>46,2%</b>	<b>93,8%</b>
21131	Juros da dívida interna	-	20 653	5 674	7 180	-	34,8%
21132	Juros da dívida externa	49 990	51 411	16 153	59 645	32,3%	116,0%
21133	Encargos bancários da dívida	-	2 160	1 282	2 778	-	128,6%
<b>2114</b>	<b>Subsídios e transferências correntes</b>	<b>388 125</b>	<b>397 767</b>	<b>335 281</b>	<b>369 900</b>	<b>86,4%</b>	<b>93,0%</b>
<b>2115</b>	<b>Outras despesas correntes</b>	<b>211 618</b>	<b>195 890</b>	<b>250 969</b>	<b>250 777</b>	<b>118,6%</b>	<b>128,0%</b>
21151	Fundo de desemprego	-	-	-	-	-	-
21152	Subsídio às autoridades públicas	10 339	9 731	7 941	7 273	76,8%	74,7%
21153	Outras (inc.junta médica)	100 786	93 443	48 293	22 253	47,9%	23,8%
21154	Despesas Consignadas	100 493	92 716	193 929	220 420	193,0%	237,7%
<b>2116</b>	<b>Despesas corr. Exerc. Findo</b>	<b>72 395</b>	<b>75 150</b>	<b>171 154</b>	<b>317 432</b>	<b>236,4%</b>	<b>422,4%</b>
<b>2117</b>	<b>Restituições</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
212	Investimento público	1 335 420	1 484 351	572 880	926 997	42,9%	62,5%
<b>2121</b>	<b>Recursos internos</b>	<b>55 115</b>	<b>75 351</b>	<b>23 522</b>	<b>22 940</b>	<b>42,7%</b>	<b>30,4%</b>
21211	Recursos Próprios	31 963	37 864	12 511	12 417	39,1%	32,8%
21212	Recursos de Privatização	-	-	-	-	-	-
21213	Fundo de Contrapartida	-	-	-	-	-	-
21214	HIPC	23 152	37 487	11 012	10 523	47,6%	28,1%
<b>2122</b>	<b>Recursos externos</b>	<b>1 280 305</b>	<b>1 409 000</b>	<b>549 358</b>	<b>904 058</b>	<b>42,9%</b>	<b>64,2%</b>
21221	Donativos	1 170 946	1 252 000	501 303	840 214	42,8%	67,1%
21222	Empréstimos	109 359	157 000	48 054	63 843	43,9%	40,7%
21223	Outros Recursos	-	-	-	-	-	-
<b>22</b>	<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>183 094</b>	<b>203 833</b>	<b>149 388</b>	<b>207 294</b>	<b>81,6%</b>	<b>101,7%</b>
221	Amortiz. da dívida públ. interna	-	-	65 410	73 694	-	-
222	Amortiz. da dívida públ. externa	183 094	203 833	74 355	129 164	40,6%	63,4%
223	Outras despesas financeiras	-	-	9 623	4 436	-	-
<b>i</b>	<b>DESPESA PRIMÁRIA CONVENCIONAL</b>	-	-	-	-	-	-

Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

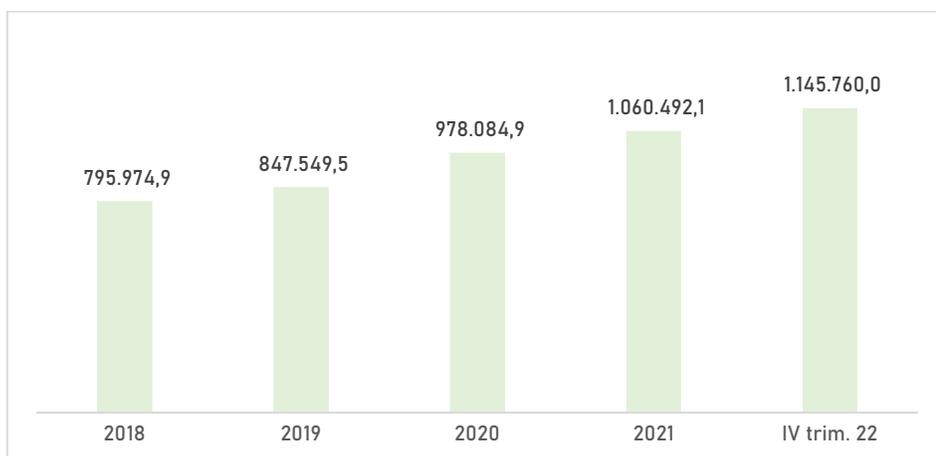


**82.** Segue-se a análise da evolução de algumas importantes classes de despesas nos últimos anos.

### A) Pessoal

**83.** As despesas com pessoal têm tido uma tendência de aumento todos os anos. No IV trimestre de 2022, as despesas com pessoal atingiram 1 145 760 milhares de dobras, superando assim, o registro de 1 060 492,1 milhares de dobras apurado em 2021.

**GRÁFICO 9 - DESPESAS COM PESSOAL (MILHARES DE DOBRAS)**



Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

### B) Bens e Serviços

**84.** As despesas com bens e serviços atingiram 261 881 milhares de dobras até ao IV trimestre do ano 2022. Em 2022, apurou-se um ligeiro aumento de 1 672 milhares de dobras em relação ao ano 2021.

**GRÁFICO 10 - DESPESAS COM BENS E SERVIÇOS (MILHARES DE DOBRAS)**



Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

### C) Juros da Dívida

- 85.** A despesa com o pagamento de juros da dívida tem diminuído desde o ano 2019, tendo chegado a atingir o mínimo de 23 109 milhares de dobras em 2021.
- 86.** Contudo, até ao IV trimestre do ano 2022, a despesa com juros atingiu 69 603 milhares de dobras, que já representa o máximo desde 2020. O aumento dos juros pode ser explicado pelo cumprimento dos compromissos assumidos com os diversos credores.

**GRÁFICO 11 - DESPESA COM JUROS DA DÍVIDA (MILHARES DE DOBRAS)**



Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

## D) Subsídios e Transferências Correntes

87. Os subsídios e transferências correntes atingiram 369 900 milhares de dobras no IV trimestre em análise, o que espelha um ligeiro aumento marcado nesta classe de despesa nos últimos anos.

**GRÁFICO 12 - DESPESAS COM SUBSÍDIOS E TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (MILHARES DE DOBRAS)**



Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

## E) Despesa Corrente do Exercício Findo

88. A despesa corrente do exercício findo tem-se mantido alta nos últimos anos.

89. A despesa atingiu 317 432 milhares de dobras no IV trimestre, significativamente acima dos 239 271,5 milhares de dobras em 2020 e 171 154 milhares de dobras em 2021.

**GRÁFICO 13 - DESPESA CORRENTE DO EXERCÍCIO FINDO (MILHARES DE DOBRAS)**



Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)



## 3.4.2. Despesas Executadas (Base de Caixa)

90.As despesas executadas efectivamente pagas são representadas na tabela abaixo.

TABELA 6 - DESPESAS EXECUTADAS (BASE DE CAIXA)

Cod.	Descrição	OGE 2021 (a)	OGE 2022 (b)	IV trim. 21 (c)	IV trim. 22 (d)	Execução %	
						2021 (c/a)	2022 (d/b)
<b>(21+51) = 2</b>	<b>DESPESAS TOTAIS</b>	<b>3 655 123</b>	<b>3 870 985</b>	<b>2 754 312</b>	<b>3 398 416</b>	<b>75,4%</b>	<b>87,8%</b>
<b>(211+41) = 21</b>	<b>DESPESAS EFECTIVAS</b>	<b>3 472 029</b>	<b>3 667 152</b>	<b>2 604 924</b>	<b>3 191 122</b>	<b>75,0%</b>	<b>87,0%</b>
<b>211</b>	<b>DESPESAS CORRENTES (de Funcionamento)</b>	<b>2 136 609</b>	<b>2 182 801</b>	<b>2 032 044</b>	<b>2 264 125</b>	<b>95,1%</b>	<b>103,7%</b>
2111	DESPESAS COM PESSOAL	1 146 474	1 165 000	1 060 492	1 145 760	92,5%	98,3%
21111	Vencimentos e Salários	493 585	520 901	427 060	520 260	86,5%	99,9%
21112	Outras despesas com pessoal	605 545	599 945	595 510	585 571	98,3%	97,6%
21113	Segurança Social	47 345	44 154	37 922	39 929	80,1%	90,4%
2112	BENS E SERVIÇOS	268 007	274 770	191 039	153 225	71,3%	55,8%
2113	JUROS DA DÍVIDA	49 990	74 224	23 109	69 603	46,2%	93,8%
21131	Juros da dívida interna	-	20 653	5 674	7 180	-	34,8%
21132	Juros da dívida externa	49 990	51 411	16 153	59 645	32,3%	116,0%
21133	Encargos bancários da dívida	-	2 160	1 282	2 778	-	128,6%
2114	SUBSÍDIOS E TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	388 125	397 767	335 281	369 880	86,4%	93,0%
2115	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	211 618	195 890	250 969	250 700	118,6%	128,0%
21151	Fundo de Desemprego	-	-	-	-	-	-
21152	Subsídio às autoridades públicas	10 339	9 731	7 941	7 245	76,8%	74,5%
21153	Outras (inc.junta médica)	100 786	93 443	48 293	22 245	47,9%	23,8%
21154	Despesas Consignadas	100 493	92 716	193 929	220 382	193,0%	237,7%
2116	DESPESAS CORR. EXERC. FINDO	72 395	75 150	171 154	274 956	236,4%	365,9%
2117	RESTITUIÇÕES	-	-	-	-	-	-
<b>212</b>	<b>INVESTIMENTO PÚBLICOS</b>	<b>1 335 420</b>	<b>1 484 351</b>	<b>572 880</b>	<b>926 997</b>	<b>42,9%</b>	<b>62,5%</b>
2121	RECURSOS INTERNOS	55 115	75 351	23 522	22 940	42,7%	30,4%
21211	Recursos Próprios	31 963	37 864	12 511	12 417	39,1%	32,8%
21212	Recursos de Privatização	-	-	-	-	-	-
21213	Fundo de Contrapartida	-	-	-	-	-	-
21214	HIPC	23 152	37 487	11 012	10 523	47,6%	28,1%
2122	RECURSOS EXTERNOS	1 280 305	1 409 000	549 358	904 058	42,9%	64,2%
21221	Donativos	1 170 946	1 252 000	501 303	840 214	42,8%	67,1%
21222	Empréstimos	109 359	157 000	48 054	63 843	43,9%	40,7%
21223	Outros Recursos	-	-	-	-	-	-



22	DESPEAS FINANCEIRAS	183 094	203 833	149 388	207 294	81,6%	101,7%
221	AMORTIZ. DÍVIDA PÚBL. INTERNA			65 410	73 694	-	-
222	AMORTIZ. DÍVIDA PÚBL. EXTERNA	183 094	203 833	74 355	129 164	40,6%	63,4%
223	OUTRAS DESPEAS FINANCEIRAS (Subscrição de Capital do -BAD)	-	-	9 623	4 436	-	-
	DESPEZA PRIMÁRIA CONVENCIONAL					-	-

Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

## 4. DÍVIDA PÚBLICA

### 4.1. STOCK DA DÍVIDA PÚBLICA

91. O stock total da dívida pública cifrou-se em 376,6 milhões de dólares em 2022, segundo dados do Gabinete da Dívida Pública, em 2022.

92. A dívida pública é composta em 26,1% por dívida interna, que corresponde a 98,4 milhões de dólares, e 73,9% ou 278,2 milhões de dólares por dívida externa.

TABELA 7 - COMPOSIÇÃO DO STOCK DA DÍVIDA EM 2021

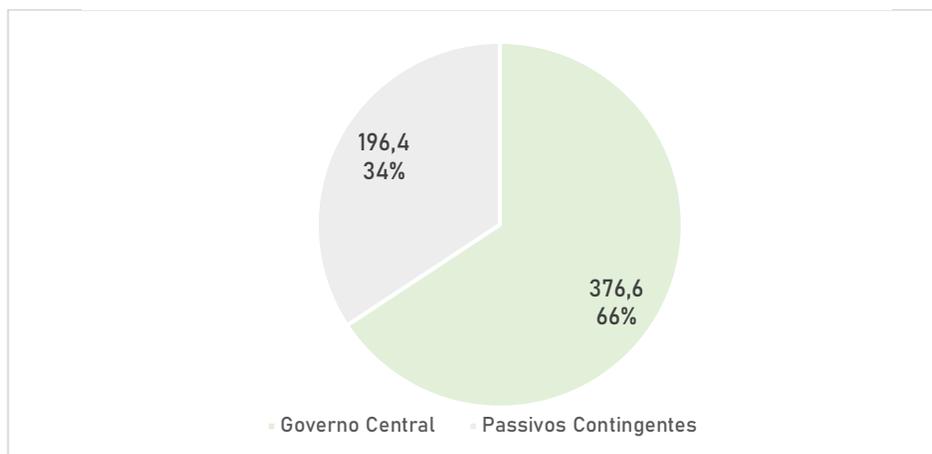
Cod.	Descrição	Milhões USD	% Dívida Total	% PIB
	<b>TOTAL</b>	<b>376,6</b>	<b>100,0</b>	<b>73,3%</b>
1	<b>EXTERNA</b>	<b>278,2</b>	<b>73,9</b>	<b>54,1%</b>
11	Credores multilaterais	86,5	23,0	16,8%
111	FMI	33,6	8,9	6,5%
112	Banco Mundial	11,1	3,0	2,2%
113	ADB/AfDB/IADB	19,3	5,1	3,8%
114	Arab Bank for Economic development in Africa	14,0	3,7	2,7%
115	Fundo Internacional para Desenvolvimento Agrícola	4,7	1,3	0,9%
116	Outros	3,7	1,0	0,7%
12	Credores bilaterais	191,7	50,9	37,3%
121	Paris Club	5,1	1,4	1,0%
122	Angola	68,0	18,1	13,2%
123	Portugal	52,6	14,0	10,2%
13	Credores Comerciais	34,3	9,1	6,7%
131	China	10,0	2,7	1,9%
132	Itália	24,3	6,5	4,7%
2	<b>INTERNA</b>	<b>98,4</b>	<b>26,1</b>	<b>19,1%</b>
21	Bilhetes do tesouro	36,7	9,8	7,1%
22	Empréstimos	61,7	16,4	12,0%

Fonte: Gabinete da Dívida Pública.



**93.** Do stock da dívida pública em 2022, de acordo as informações provenientes do Gabinete da Dívida Pública, foi de 376,6 milhões de dólares, correspondem à dívida do Governo Central e 196,4 milhões de dólares correspondem ao montante dos passivos contingentes.

**GRÁFICO 14 - DÍVIDA GOVERNAMENTAL E PASSIVOS CONTINGENTES**



Fonte: Gabinete da Dívida Pública.

## 4.2. STOCK DA DÍVIDA INTERNA

**94.** Segundo o Gabinete da Dívida, o stock da dívida interna atingiu 98,4 milhões de dólares em 2022, o equivalente a 19,1% do PIB, dos quais 36,7 milhões de dólares constituída por bilhetes do tesouro.

**95.** O relatório sobre Gestão e Seguimento da Dívida Pública referente ao II Semestre de 2022 do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul apresentou uma composição para o stock de dívida interna (que incluiu os passivos contingenciais) até ao II semestre do ano em análise conforme a tabela abaixo.

**GRÁFICO 15 - COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA INTERNA NO II SEMESTRE DE 2022**

Cod.	Descrição	31-Dez-2020		30-Jun-2021		31-Dez-2022	
		Milhões USD	Quota	Milhões USD	Quota	Milhões USD	Quota
	<b>DÍVIDA INTERNA</b>	<b>246,5</b>	<b>100,0%</b>	<b>252,9</b>	<b>100,0%</b>	<b>294,8</b>	<b>100,0%</b>
<b>1</b>	<b>DÍVIDA INTERNA (excl. Passivos Contingentes)</b>	<b>105,1</b>	<b>42,6%</b>	<b>91,3</b>	<b>36,1%</b>	<b>98,4</b>	<b>33,4%</b>
11	<b>Fornecedores</b>	<b>13,4</b>	<b>5,4%</b>	<b>13,1</b>	<b>5,2%</b>	<b>13,9</b>	<b>4,7%</b>
	Lar Junqueira					<b>2,0</b>	<b>0,7%</b>
111	MSF	4,7	1,9%	4,7	1,9%	4,7	1,6%
112	Hidroelectrica	2,3	0,9%	2,3	0,9%	2,3	0,8%
113	Synergies	4,6	1,9%	4,6	1,8%	4,6	1,6%
114	Atrasados internos	1,7	0,7%	1,5	0,6%	0,3	0,1%
12	<b>Novos Atrasados Internos</b>	<b>65,5</b>	<b>26,6%</b>	<b>51,2</b>	<b>20,3%</b>	<b>47,7</b>	<b>16,2%</b>
121	EMAE	3,5	1,4%	-0,6	-0,2%	4,2	1,4%
122	CST	6,1	2,5%	5,6	2,2%	6,1	2,1%
123	Empresas	7,0	2,9%	5,9	2,3%	5,3	1,8%
124	Outros	10,8	4,4%	10,7	4,2%	10,5	3,5%
125	Encargos salariais	4,6	1,9%	5,0	2,0%	2,6	0,9%
126	Diferencial de preço combustível	31,8	12,9%	24,1	9,5%	11,5	3,9%
127	Edifício de S. Tribunal de Justiça	0,8	0,3%	0,0	0,0%		0,0%
128	Edifício do Tribunal de Contas	0,8	0,3%	0,6	0,2%	0,6	0,2%
	INSS	0,0		0,0		7,1	2,4%
	<b>DÍVIDA CONTRAÍDA PELO TESOUREIRO PÚBLICO</b>	<b>0,0</b>		<b>0,0</b>		<b>5,0</b>	<b>1,7%</b>
	BISTP - Pagamento à ENCO					5,0	1,7%
13	<b>Bilhetes do Tesouro até 1 ano</b>	<b>26,2</b>	<b>10,6%</b>	<b>26,9</b>	<b>10,7%</b>	<b>31,7</b>	<b>10,8%</b>
131	Afriland First Bank	0,2	0,1%	3,9	1,6%	3,9	1,3%
132	BISTP	18,7	7,6%	16,7	6,6%	17,3	5,9%
133	BGFI	0,9	0,4%	2,1	0,8%	4,4	1,5%
134	Ecobank STP	5,7	2,3%	3,2	1,3%	4,8	1,6%
135	Encargos com a emissão dos BT's	0,7	0,3%	1,0	0,4%	1,3	0,5%
<b>2</b>	<b>PASSIVOS CONTINGENTES</b>	<b>141,4</b>	<b>57,4%</b>	<b>161,6</b>	<b>63,9%</b>	<b>196,4</b>	<b>66,6%</b>
	<b>Dívida das Empresas Estatais Garantidas (carta de conforto)</b>	<b>7,7</b>	<b>3,1%</b>	<b>6,1</b>	<b>2,4%</b>	<b>4,8</b>	<b>1,6%</b>
21	SMF	1,6	0,6%	0,7	0,3%	0,1	0,0%
211	ENAPORT	2,0	0,8%	1,8	0,7%	1,6	0,6%
212	EMAE	2,1	0,9%	1,7	0,7%	1,4	0,5%
213	AGER	2,0	0,8%	1,9	0,7%	1,8	0,6%
214							
22	<b>Dívida das Empresas Estatais Não-Garantidas</b>	<b>133,7</b>	<b>54,3%</b>	<b>155,5</b>	<b>61,5%</b>	<b>191,6</b>	<b>65,0%</b>
221	EMAE/ENCO	120,1	48,8%	142,8	56,5%	178,3	60,5%
222	EMAE/Hidroequador	3,2	1,3%	3,2	1,3%	3,2	1,1%
223	Estado/ENCO/Sonangol	10,4	4,2%	9,5	3,8%	10,0	3,4%

Fonte: Relatório sobre Gestão e Seguimento da Dívida Pública do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul

### 4.3. STOCK DA DÍVIDA EXTERNA

**96.** Em 2022, O stock da dívida externa situou-se em 278,2 milhões de dólares, que corresponde a 44,6% do PIB.

**97.** A dívida externa é composta em 45,2% (USD 125,7 milhões) por dívida aos credores bilaterais, em 31,1% (USD 86,5 milhões) por dívida aos credores multilaterais e 12,3% (USD 34,3 milhões) por dívida aos credores comerciais.



98. No que se refere à dívida aos credores bilaterais, Angola (USD 68,0 milhões) e Portugal (USD 52,6 milhões) são os principais credores e representam 95,5% do total da dívida aos credores bilaterais, os restantes 4,5% (USD 5,1 milhões) são devidos ao Paris Club.

99. A dívida aos credores multilaterais está constituída em 38,8% (USD 33,6 milhões) por dívida ao FMI, 22,3% (USD 19,3 milhões) por dívida a ADB/AfDB/IADB, 16,2% (USD 14,0 milhões) ao Arab Bank for Economic Development in Africa, 12,8% (USD 11,1 milhões) ao Banco Mundial, 5,4% (USD 4,7 milhões) ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola e os restantes credores multilaterais representam cerca de 4,3% (USD 3,7 milhões).

100. O total da dívida comercial é repartido por dois credores, 70,8% (USD 24,3 milhões) à Itália e 29,2% (USD 10 milhões) à China.

TABELA 8 - COMPOSIÇÃO DO STOCK DA DÍVIDA EXTERNA EM 2022

Cod.	Descrição	Milhões USD	% Dívida Total	% PIB
<b>1</b>	<b>EXTERNA</b>	<b>278,2</b>	<b>48,6</b>	<b>54,1%</b>
<b>11</b>	<b>CREDORES MULTILATERAIS</b>	<b>86,5</b>	<b>17,4</b>	<b>16,8%</b>
111	FMI	33,6	6,7	6,5%
112	Banco Mundial	11,1	2,4	2,2%
113	ADB/AfDB/IADB	19,3	4,0	3,8%
114	Arab Bank for Economic development in Africa	14,0	2,8	2,7%
115	Fundo Internacional para Desenvolvimento Agrícola	4,7	1,0	0,9%
116	Outros	3,7	0,5	0,7%
<b>12</b>	<b>CREDORES BILATERAIS</b>	<b>125,7</b>	<b>24,0</b>	<b>24,5%</b>
121	Paris Club	5,1	1,1	1,0%
122	Angola	68,0	11,1	13,2%
123	Portugal	52,6	11,9	10,2%
<b>13</b>	<b>CREDORES COMERCIAIS</b>	<b>34,3</b>	<b>7,2</b>	<b>6,7%</b>
131	China	10,0	2,1	1,9%
132	Itália	24,3	5,1	4,7%
<b>14</b>	<b>Div. Curto Prazo</b>	<b>31,7</b>	<b>5,1</b>	<b>6,2%</b>
141	Nigéria	30,0	5,1	5,8%
	Guiné Equatorial	1,7	5,1	0,3%

Fonte: Gabinete da Dívida Pública.

## 4.4. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EM 2022

101. Em 2022, o stock total da dívida pública é de 110,0%, face aos 91% do PIB em 2021.

### 4.4.1. Dívida Interna

102. Até ao IV trimestre, as receitas de financiamento interno cifraram-se em 671 301,76 milhares de dobras, que se compara aos 280 789 milhares de dobras registada em final de 2021.

103. No que se refere aos serviços de dívida, a despesa com amortização da dívida pública interna (Governo central) 73 694,36 milhares de dobras e os juros da dívida interna situaram-se em 7 180,05 milhares de dobras.

TABELA 9 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA INTERNA EM 2022

Cod.	Descrição	IV Trim. 21	OGE 22	IV Trim. 22
1	Financiamento Interno	280 788,97	57 500,00	671 301,76
2	Amortização da Dívida Interna	65 410,11	-	73 694,36
3	Juros da Dívida Interna	5 673,96	20 653,00	7 180,05
1-(2+3)	Variação da Dívida	209 704,90	36 847,00	590 427,34

Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

### 4.4.2. Dívida Externa

104. As receitas de financiamento externo atingiram cifraram-se em 164 785,82 milhares de dobras, significativamente superior aos 162 283 milhares de dobras registados em final de 2021.

105. Em relação ao serviço da dívida, a despesa com amortização da dívida pública externa situou-se em 129 164 milhares de dobras e os juros da dívida externa fixaram-se em 59 645 milhares de dobras.

TABELA 10 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA EM 2022

Cod.	Descrição	IV Trim. 21	OGE 22	IV Trim. 22
1	Financiamento Externo	162 283,12	398 485,00	164 785,82
2	Amortização da Dívida Externa	74 354,59	203 833,00	129 164,04
3	Juros da Dívida Externa	16 153,14	51 411,00	59 645,44
1-(2+3)	Variação da Dívida	71 775,39	143 241,00	- 24 023,66

Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

## 4.5. PASSIVOS CONTINGENTES

**106.** Segundo o Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, os passivos contingentes atingiram 196,4 milhões de dólares em finais do II semestre de 2022, contra 161,6 milhões de dólares em finais do II semestre do ano anterior.

**107.** As dívidas das empresas públicas com garantia tiveram um decréscimo de 20,5%, enquanto que as dívidas estatais não garantidas cresceram e atingiram 191,6 milhões de dólares.

TABELA 11 - COMPOSIÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES

Cod.	Descrição	31-Dez-2020		31-Dez-2021		31-Dez-2022	
		Milhões USD	Quota	Milhões USD	Quota	Milhões USD	Quota
	<b>PASSIVOS CONTINGENTES</b>	<b>141,4</b>	<b>100,0%</b>	<b>161,6</b>	<b>100,0%</b>	<b>196,4</b>	<b>100,0%</b>
<b>1</b>	<b>DÍVIDA DAS EMPRESAS ESTATAIS GARANTIDAS (com carta de conforto)</b>	<b>7,7</b>	<b>5,4%</b>	<b>6,1</b>	<b>3,8%</b>	<b>4,8</b>	<b>2,5%</b>
11	SMF	1,6	1,1%	0,7	0,4%	0,1	0,0%
12	ENAPORT	2,0	1,4%	1,8	1,1%	1,6	0,8%
13	EMAE	2,1	1,5%	1,7	1,1%	1,4	0,7%
14	AGER	2,0	1,4%	1,9	1,2%	1,8	0,9%
<b>2</b>	<b>DÍVIDA DAS EMPRESAS ESTATAIS NÃO-GARANTIDAS</b>	<b>133,7</b>	<b>94,6%</b>	<b>155,5</b>	<b>96,2%</b>	<b>191,6</b>	<b>97,5%</b>
21	EMAE/ENCO	120,1	85,0%	142,8	88,3%	178,3	90,8%
22	EMAE/Hidroequador	3,2	2,3%	3,2	2,0%	3,2	1,6%
23	Estado/ENCO/Sonangol	10,4	7,3%	9,5	5,9%	10,0	5,1%

Fonte: Gabinete da Dívida Pública



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS - EXECUÇÃO E RISCOS FISCAIS

- 108.** As receitas acumuladas efectivas no IV trimestre de 2022 apresentaram um nível de execução razoável atingido os 82,0%, e as despesas totais de 91,7%.
- 109.** A execução das despesas executadas com base de compromisso situou-se em 91,7%, e as despesas executadas efectivamente pagas situaram-se em 87,8%.
- 110.** A execução orçamental ficou marcada pela diminuição mais que proporcional dos donativos comparativamente ao previsto em orçamento e o aumento acima do previsto do financiamento interno para colmatar o défice criado, reflexo da elevada exposição do país às principais economias mundiais.
- 111.** Generalidade dos saldos orçamentais apresentaram défices, o que pode ser considerado um alerta para se aprofundar o processo de reforma das finanças públicas, e que seja mais profundo, de forma a reduzir os riscos fiscais e promover a sustentabilidade das finanças públicas.
- 112.** A tabela que se segue retracts a performance dos saldos orçamentais nos últimos períodos.

TABELA 11 – SALDOS ORÇAMENTAIS<sup>2</sup>

SalDOS Orçamentais	2020		2021		OGE 22		IV Trim. 22	
	Mil dobras	% PIB	Mil dobras	% PIB	Mil dobras	% PIB	Mil dobras	% PIB
Global	(501 164)	-4,9%	(661 686)	-6,2%	(455 985)	-4,0%	(221291)	1,8%
Global excl. donativos	(1 572 527)	-15,3%	(1 219 807)	-11,4%	(2 098 985)	-18,2%	(176239)	-1,4%
Primário	(341 012)	-3,3%	(489 189)	-4,6%	(177 928)	-1,5%	(109894)	-0,9%
Primário excl. donativos	(1 412 375)	-13,8%	(1 047 309)	-9,8%	(1 820 928)	-15,8%	(507424)	-4,1%
Primário não petrolífero	(480 374)	-4,7%	(553 415)	-5,2%	(205 055)	-1,8%	0	%
Corrente	(535 283)	-5,2%	(497 539)	-4,6%	(410 801)	-3,6%	(72884)	-0,6%
Corrente excl. juros	(499 951)	-4,9%	(474 429)	-4,4%	(336 577)	-2,9%	(51734)	-0,4%
Corrente excl. petróleo	(674 645)	-6,6%	(561 765)	-5,2%	(412 928)	-3,6%	(172392)	-1,4%
PIB Nominal (milhões)	10 247	100%	10 719	100%	11 510	100%	12232139	100%

Fonte: Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE)

- 113.** A degradação dos saldos orçamentais global, primário e primário não petrolífero reflectem a degradação geral do orçamento nos últimos anos com a deterioração das condições financeiras mundiais com a COVID-19, conflito entre a Rússia e a Ucrânia e o agravamento das taxas de juros pelos bancos centrais nas principais economias mundiais para conter a alta de preços, sobretudo o preço das matérias-primas energéticas e bens alimentares, o que representa

<sup>2</sup> Os saldos orçamentais estão em milhares de dobras e PIB nominal em milhões de dobras



um influxo menor de receitas por meio de donativos para o País, que tem de começar a pensar em formas alternativas de se financiar e minimizar a exposição a estes países.

- 114.** Os saldos correntes, excluindo juros e excluído petróleo apresentaram uma ligeira melhoria nos últimos anos, apesar de se manterem em posições deficitárias, reflectindo uma contenção das despesas correntes superiores ao crescimento das receitas correntes, entretanto, a mesma assentou-se nas despesas do exercício findo, não das principais classes de contas que compreendem as despesas correntes. As despesas com pessoal, bens e serviços, juros da dívida e os subsídios e transferências correntes permanecem em clara tendência de aumento anual, o que pode ser um factor de risco caso a receita fiscal não dê sinais de melhoria.
- 115.** Por outro lado, a tendência de diminuição do saldo corrente continuou em 2022, no IV trimestre, dada a pouca diferença do registo actual ao nível apurado em 2021, sendo necessário maior disciplina orçamental.
- 116.** Os saldos globais e primários excluindo donativos são aqueles que registaram o maior desagravamento do défice, o que foi gerado pela diminuição acentuada dos donativos. Eles permitem analisar o grau de autonomia orçamental em relação as ajudas externas. Nos últimos anos, com a redução dos donativos, o País aproximou-se do padrão nos demais países do mundo, com a diminuição do peso das ajudas externas no seu orçamento.
- 117.** Contudo, para uma interpretação mais apurada, a leitura do indicador deve ser sempre acompanhada da evolução das receitas não efectivas (de financiamento).
- 118.** No caso de São Tomé e Príncipe, a melhoria dos saldos orçamentais excluindo donativos foi acompanhada pelo aumento do financiamento interno, o que significa que houve apenas uma alteração de uma forma de financiamento sem custo para uma com custo elevado.
- 119.** De facto, a fraca capacidade do Tesouro de colocação de dívida titularizada com maturidade superior a 1 ano encarece o endividamento via mercado doméstico, aumenta o custo de colocação, gestão e reembolso da dívida, favorece a prevalência de taxas mais altas nas alternativas de financiamento (não titularizadas) com maturidade superior a 1 ano disponíveis no mercado, o que não permite alongar a curva de maturidade da dívida, nem reduzir as pressões de tesouraria no curto prazo.



**120.** Portanto, a melhoria dos saldos orçamentais excluindo donativos só devem ser consideradas desejáveis caso sejam contrabalançadas pelo aumento das receitas efectivas.

**121.** Dito isto, foram identificados os seguintes factores de riscos fiscais para a execução do orçamento no quarto trimestre:

- a. Aumento da taxa de inflação e moderado crescimento da economia mundial, sobretudo a performance de Portugal que é o principal parceiro comercial.
- b. Contínua degradação das condições financeiras mundiais e dificuldades crescentes o País beneficiar de donativos
- c. Fraca produção e comercialização dos principais produtos de exportação, com impacto nas receitas.
- d. Novo surto de Covid-19 outro fenómeno que afecte a mobilidade internacional de pessoas para o País, condicionando as receitas com o turismo.
- e. Aumento do custo das matérias-primas energéticas e do preço dos principais produtos importados.